

O Brasil compra os bônus...

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

(Continuação da 1ª página)
do Comitê Assessor de Bancos para o Brasil, em sua suíte no Hotel Intercontinental.

A proposta do Brasil no acordo sobre a dívida externa é de que o País entre com US\$ 1 bilhão de suas reservas na compra das garantias e depois coloca um dólar para cada dólar colocado em conjunto pelas outras quatro fontes previstas. A decisão de bancar o acordo com as reservas foi necessária, explicou o ministro, porque o governo brasileiro não queria fixar de antemão uma data para entrinizar a nova moeda nacional, o real — e a existência de uma moeda é pré-condição para início de um acordo "stand by" com o Fundo.

Existe apenas mais um obstáculo à conclusão do Plano Brady do Brasil. Em troca do desembolso dos US\$ 2,8 bilhões, superior ao que estava previsto, o ministro pediu ontem a Rhodes e De Graffenried um "waiver" (suspensão de cláusula) para remover temporariamente a exigência de um acordo com o Fundo para validar o acordo do Plano Brady. Na entrevista coletiva, Rhodes disse que não vê dificuldades para obter essa suspensão. Uma hora depois, Rhodes distribuiu um comunicado de seis linhas dizendo mais ou menos a mesma coisa: "Nós estamos agora em consultas com o Comitê Assessor para aprovar os "waivers" necessários para fechar o pacote de financiamento da dívida externa

a 15 de abril, como previsto. Estou confiante de que amanhã à tarde, no mais tardar, o comitê estará numa posição para recomendar à comunidade bancária internacional que aprove os "waivers", escreveu o vice-presidente do conselho do Citibank.

O ministro da Fazenda evitou cuidadosamente afirmar que o Brasil está comprando os bônus de cupom zero no mercado secundário, em vez de diretamente do Tesouro dos EUA como inicialmente previa. "Eu não disse isso", esquivou-se Cardoso quando pressionado. Mas se estivesse comprando os bônus, poderia dizer? "Prefiro que o Banco Central fale no momento adequado, até porque não tenho os detalhes", explicou.

Pedro Malan estava atrás do ministro, e respondeu agressivamente a pedidos de informações sobre a compra dos bônus. "Não estou aqui para dar informações a operadores de mercado", disse. É um segredo? "É segredo, sim", respondeu, embora isso seja difícil de acontecer num mercado secundário reconhecidamente dominado por apenas quatro instituições — Salomon Brothers, JP Morgan, Morgan Stanley e Goldman Sachs.

Sabe-se, por cálculos do próprio governo brasileiro, que haveria uma economia de cerca de US\$ 60 milhões na compra desses bônus diretamente da Secretaria do Tesouro dos EUA, aí contabilizados todos os bônus necessários para colateralizar tanto o Bônus Par como o Bônus de Desconto do fu-

turo Plano Brady do País. Malan disse que "estamos fazendo as contas todos os dias", referindo-se à cotação dos bônus de trinta anos no mercado secundário dos EUA.

Como a hipótese de compra diretamente do Tesouro foi descartada no dia anterior pela exigência de uma corda "stand by" com o Fundo, o cálculo da economia perde um pouco do sentido. O ministro da Fazenda, assegurou que, em relação aos bônus, "o Banco Central está cuidando dos interesses do Brasil, como sempre fez".

Pelo novo cronograma sugerido ontem, o Brasil vai se ressair dos recursos que antecipará na compra das garantias quando concluir o acordo com o FMI, e receber então parcelas para co-financiar o Plano Brady vindas do próprio Fundo, do BIRD e do BID. Mas Rhodes lembrou que o Brasil receberá alguma cooperação dos bancos credores.

"Os bancos comerciais vão entrar com uma parcela de dinheiro novo no acordo. Posso dizer que o Citibank vai colocar mais de US\$ 200 milhões, e essa é a maior contribuição individual entre todos os bancos credores", afirmou Rhodes. A contribuição se dá com a troca de dinheiro novo pelo Bônus de Dinheiro Novo do Plano Brady do País.

Nem todos os US\$ 2,8 bilhões que o Brasil vai desembolsar a 15 de abril vão para a compra dos bônus de cupom zero do Tesouro dos EUA. Na verdade a maior parte do dinheiro vai

cobrir doze meses de juros em contas roláveis para três dos títulos — os Bônus de Desconto e Par, e o Flirb "S". Pouco mais de US\$ 1 bilhão vai para a colateralização do Bônus de Desconto com os bônus de cupom zero.

A decisão do governo brasileiro de pedir a suspensão da cláusula do Plano Brady que exige um acordo "stand by" com o FMI em curso já era esperada há algum tempo pelos banqueiros, segundo afirmou ontem uma fonte do Comitê Assessor de Bancos. "Nós examinamos cursos alternativos de ação", explicou.

Já no final do ano passado um banqueiro com assento no Comitê Assessor de Bancos admitia a possibilidade de conclusão do Plano Brady do País sem o acordo com o FMI, "desde que algumas condições sejam visíveis: que o País esteja fazendo progressos no ajuste econômico e o acordo com o FMI esteja no horizonte visível. Na realidade, o que importa mesmo são as reformas", argumentou.

Para esse banqueiro, é do interesse dos bancos comerciais concluir o acordo do Brasil como está redigido hoje por várias razões. Uma nada desprezível é que foi assinado durante um período em que os juros internacionais estavam muito mais elevados do que agora. Renegociar a dívida externa brasileira pode implicar um atraso no desenvolvimento do País, mas significa também consideráveis perdas para os bancos.